

POVO LIVRE

PSD REJEITA POLÍTICAS E POLÍTICOS RACISTAS E IMATUROS

■ Numa declaração no Parlamento, na terça-feira, após assistir à celebração do 49.º aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974, o Presidente do PSD reafirmou os princípios e valores do PSD e garantiu que nunca “alinhará” com “políticas e políticos xenófobos, racistas, oportunistas, demagógicos, imaturos e irresponsáveis”

19 PARLAMENTO

PAGAMENTOS EM ATRASO ÀS EMPRESAS

O Grupo Parlamentar do PSD pediu a audição do ministro da Economia e do Mar, para esclarecer a ação instaurada pela Comissão Europeia a Portugal por atrasos nos pagamentos a empresas

21 LOCAIS

PROJETO DA LINHA DO DOURO DESILUDE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

O Presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo mostrou-se descontente com a portaria do Governo sobre o estudo prévio e o projeto de execução da reatuação da Linha do Douro, entre Pocinho e Barca d'Alva

30 REGIONAIS

APROFUNDAMENTO DA AUTONOMIA DOS AÇORES REFORÇA A DEMOCRACIA

José Manuel Bolieiro afirmou que o aprofundamento da autonomia das regiões autónomas é também um reforço da democracia, defendendo a criação de círculos eleitorais nos arquipélagos para o Parlamento Europeu



Celebremos a Democracia a falar do Futuro

Ontem, celebrámos o 49.º aniversário do 25 de Abril. Hoje, começamos a olhar para a celebração dos 50 anos da nossa Liberdade. Por isso, é tempo de falarmos do Futuro.

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre



Em datas de aniversários e efemérides, é irresistível fazer-se uma retrospectiva do caminho feito, de congratularmo-nos das nossas vitórias e das nossas conquistas, de termos a humildade de assumirmos as nossas falhas, de identificarmos o que não fizemos e o que podíamos ter feito melhor. Foi isso que se fez ontem, no exercício de um dos mais elementares direitos da Democracia, cada um e cada uma, na sua esmagadora maioria, expressando as suas perspetivas, as suas opiniões, as suas críticas honrando a Liberdade que conquistámos e que devemos saber preservar para os vindouros.

É com base nessa Liberdade, no compromisso inalienável para com a nossa Democracia, e em respeito pelo País e pelos Portugueses, que temos, de facto, de aproveitar este momento, especialmente considerando as circunstâncias difíceis e complexas que vivemos nacional e internacionalmente, para olharmos para o amanhã.

Penso nos nossos jovens, que encaram o horizonte com preocupação, com dúvidas compreensíveis quanto à possibilidade de conseguirem construir a sua vida neste país.

Penso nas mulheres, que continuam a enfrentar um cenário de desigualdade de oportunidades e de afirmação.

Penso nos mais velhos, muitos dos quais vivem cada vez mais isolados e com menos amparo.

Penso nos mais desfavorecidos, mas também numa classe média cada vez mais esmagada e sacrificada.

Enfim, penso na urgência que nos deve sobressaltar e mobilizar para construirmos um Futuro melhor para Portugal.

Porque eu acredito que estamos à altura desse desafio.

Eu acredito nas nossas capacidades, nas nossas competências, nos nossos valores.

Uma Democracia é tão ou mais saudável quando formos capazes de a consolidar num desenvolvimento harmonioso, sustentável e justo.

Comecemos a preparar esse Futuro.

Assumamos esse compromisso, pelos Portugueses, por Portugal.

ASSEMBLEIA DISTRIAL DO PSD DE LISBOA

NOS 50 ANOS, O PS DÁ UMA MACHADADA NA CONSTITUIÇÃO

Ao interferir nas decisões da Assembleia da República, o Governo está a violar a Constituição

Luís Montenegro acusa o PS, que está a comemorar 50 anos de existência, de dar “uma machadada” no equilíbrio constitucional dos poderes em Portugal, ao recusar o envio à Comissão Parlamentar de Inquérito à TAP da fundamentação jurídica que sustenta o despedimento da ex-CEO da companhia aérea.

Intervindo na Assembleia Distrital do PSD de Lisboa Área Metropolitana, na Amadora, esta quarta-feira, Luís Montenegro sublinhou que, ao “interferir nas decisões da Assembleia da República”, o Governo está a “deturpar, desrespeitar, violar as normas da Constituição” e do funcionamento dos inquéritos parlamentares. “Este dia também é especial por essa evocação da história e do trabalho político do PS ter sido manchada por uma atitude contrária aos pergaminhos históricos da função do PS (...) Nos seus 50 anos, o PS deu uma machadada no nosso sistema constitucional”, acusou.

O líder do PSD lembrou que no dia “6 de março houve os despedimentos, em 6 de abril o PSD fez a pergunta [sobre os fundamentos jurídicos]. A resposta não foi dada, mas parece que há uma deliberação da Direção Geral do Te-

”

Apelo ao PS para que esqueça um bocadinho as sondagens

Luís Montenegro





POVO LIVRE
SENTIR
PORTUGAL
EM LISBOA



souro e Finanças e da República a decalcar a argumentação segundo a qual há justa causa. E sabem de quando é? De 12 de abril”, especificou.

O Presidente do PSD disse esperar que “nas próximas horas o Governo recue na sua posição e na sua argumentação”, avisando que “não dá para esperar dias para António Costa andar à procura de mais pareceres”.

“Apelo a que o PS esqueça por um bocadinho as sondagens e que o bom senso possa sair do pavilhão Carlos Lopes [onde decorreu o jantar de aniversário do PS] e possa irradiar para o Largo do Rato e inspirar os dirigentes do PS”, referiu, apelando a que se acabe com “a bazófia do costume” e a verdade “seja apurada até ao momento em que dói ao PS e aos membros do seu Governo”.

TAP: recusa do Governo é crime de desobediência

Luís Montenegro considera que os membros do Governo estão a incorrer num crime de “desobediência qualificada”, se não entregarem ao Parlamento toda a documentação requerida pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) à TAP. O Presidente do PSD entende que se António Costa e Governo não recuarem na decisão, então o Presidente da Assembleia da República tem o dever de atuar em conformidade.

Em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, esta quarta-feira, Luís Montenegro sublinhou que “este assunto é demasiado sério”, a recusa do Governo “é inconcebível e inaceitável”, “coloca em causa a normal relação entre órgãos de soberania”, é “uma distorção completa do equilíbrio de poderes constitucionais”.

“Os deputados na CPI vão solicitar que a lei seja aplicada e a lei é muito clara: compete ao presidente da CPI dar nota deste incumprimento legal ao presidente da Assembleia da República e a este fazer a participação ao Ministério Público pela prática do crime de desobediência qualificada dos ministros das Finanças, das Infraestruturas e

da Presidência do Conselho de Ministros (...) Esta é hora de o Presidente da Assembleia dizer se é representante dos deputados e do povo português ou do PS e do Governo”, referiu.

Luís Montenegro citou ainda as palavras de António Costa, que já disse que esta CPI deve apurar “toda a verdade doa a quem doer”. “Não se esqueça do que disse e faça o que disse, zele como tantas vezes proclamou pelo cumprimento da Constituição. O Governo não pode, não deve, não tem o direito de apreciar decisões da Assembleia da República”, frisou.

O líder do PSD assinala que a “salvaguarda do interesse público”, invocada pelo Governo, não é “fundamento de recusa”. “O que pode estar na origem do litígio hipotético entre as pessoas demitidas e o Estado não é o conteúdo do parecer, é a decisão em si mesma. Esse argumento é pura e simplesmente uma manobra de distração”, contrapôs.

“De que tem medo o Governo? Há ou não há parecer, o que diz o parecer? Não passa pela cabeça de ninguém que não exista um documento onde essa justa causa esteja fundamentada”, insistiu.



”

TAP: os deputados na Comissão Parlamentar vão solicitar que a lei seja aplicada

Luís Montenegro





Eutanásia: referendo permitiria debate mais alargado

O Presidente do PSD defende que ainda há tempo para submeter “um texto legislativo consolidado” a consulta popular sobre a eutanásia. “Ainda vamos a tempo de consolidar um texto legislativo que seja depois colocado a referendo para os cidadãos se pronunciarem, independentemente do que seja o resultado”, afirmou.

No final de uma visita ao hospital Beatriz Ângelo, em Loures, esta quarta-feira, no 3.º dia da iniciativa “Sentir Portugal em Lisboa Área Metropolitana”, Luís Montenegro destacou que do veto do Presidente da República emanam “duas considerações muito pertinentes”. “Em primeiro lugar, recorda que se trata de uma evolução legislativa de grande sensibilidade e, em segundo lugar, está escrito na mensagem

do senhor Presidente da República que houve um brevíssimo debate no Parlamento, após a pronúncia anterior do Tribunal Constitucional”, salientou.

Para o Presidente do PSD, os impulsores deste processo legislativo “denotam uma pressa quase ofegante em querer chegar a uma solução legislativa sem a segurança e certeza jurídica que uma evolução destas impõe”.

“A nossa posição, e a minha em particular, continua a ser de consolidar um texto que possa ser colocado em consulta pública aos portugueses”, apontou, enfatizando que a realização de um referendo “seria a oportunidade desse debate efetivamente ser mais alargado e abrangente do que aquele que tem decorrido no Parlamento”.

Os impulsores deste processo legislativo denotam uma pressa quase ofegante

FALTA DE ALOJAMENTO ESTUDANTIL É UMA VERGONHA

Há anos que nos foram prometidas 15 mil novas camas em residências universitárias

Luís Montenegro considera “uma vergonha” que muitos jovens deixem de estudar por falta de recursos económicos, nomeadamente, para suportar os custos de alojamento em cidades com Lisboa.

“Há anos que nos foram prometidas 15 mil novas camas públicas em residências universitárias pelo Governo e a execução é zero. Aqui, a Câmara não está à espera, está a promover a igualdade de oportunidades”, afirmou.

Após visitar as obras de uma futura residência universitária na Alameda, em Lisboa, no âmbito da iniciativa “Sentir Portugal”, esta quinta-feira, elogiou o trabalho de Carlos Moedas na Câmara Municipal de Lisboa, apontando como “uma demonstração da capacidade de transformação” quando os sociais-democratas têm mecanismos de liderança.

Luís Montenegro salientou que este exemplo mostra que “o poder autárquico é, muitas vezes, mais diligente e rápido que o poder central”.



“Queria deixar uma palavra de reconhecimento e felicitação a Carlos Moedas e à sua equipa na Câmara Municipal pelo trabalho que têm vindo a fazer e que é uma demonstração da capacidade de transformação de que o PSD é capaz quando tem mecanismos de liderança”, enalteceu.

A futura residência, que deverá ter as obras concluídas antes do final do ano, vai disponibilizar 320 camas para estudantes, totalmente geridas pela Universidade de Lisboa, com preços fixados por portaria e adaptados aos rendimentos familiares dos estudantes.



Queria deixar uma palavra de reconhecimento a Carlos Moedas e à sua equipa na Câmara Municipal pelo trabalho que têm vindo a fazer

Luís Montenegro





ESTAMOS MAIS PR PARA GOVER

O Governo não tem futuro

”

**Seguirei em
frente convosco,
ao lado dos
portugueses**

Luís Montenegro



EPARADOS NAR DO QUE O PS



Luís Montenegro assegura que o PSD está “mais preparado hoje para governar Portugal do que o próprio Governo que lá está há quase oito anos”.

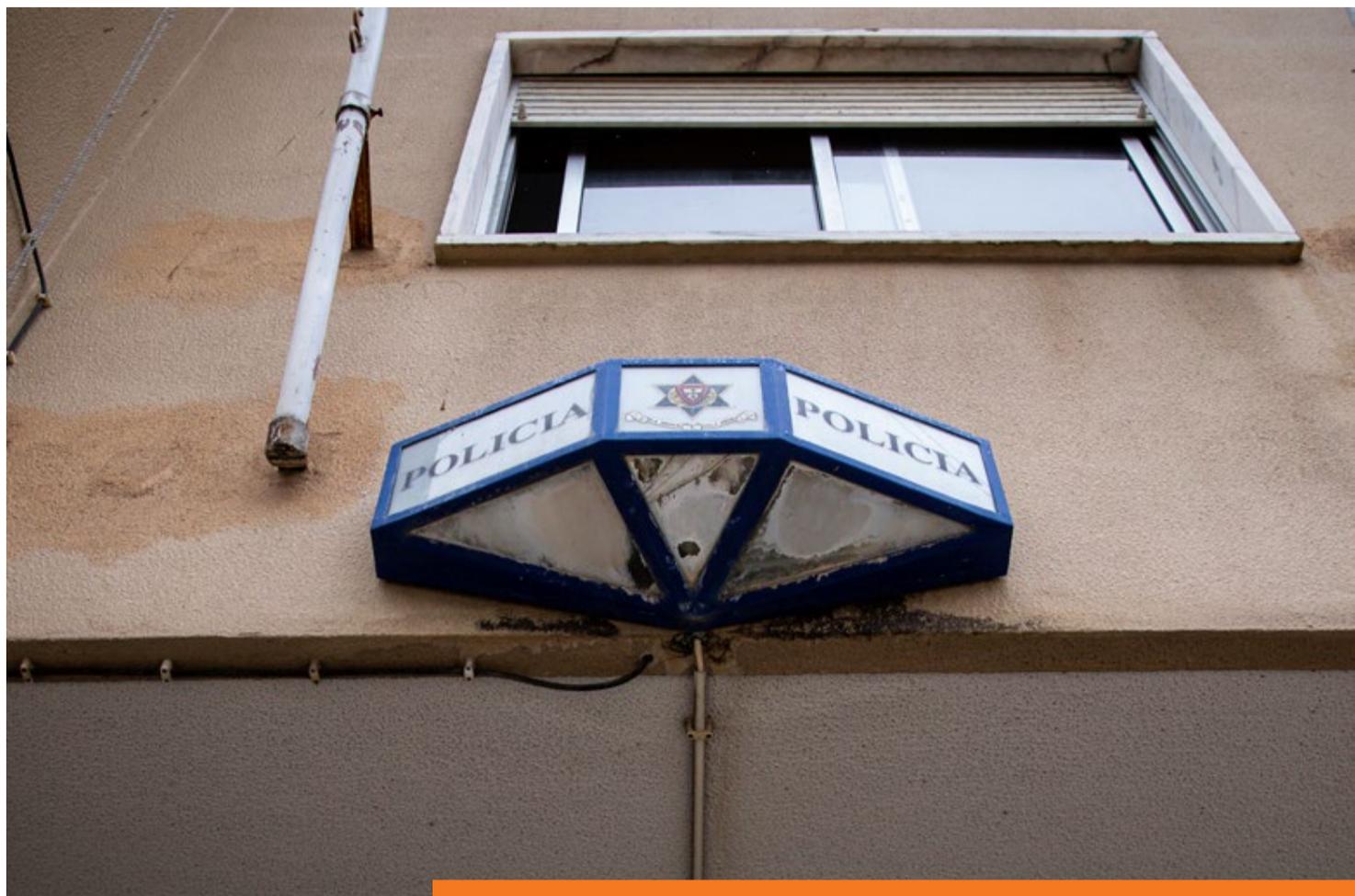
“Seguirei em frente convosco ao vosso lado, ao lado dos portugueses. Vamos mesmo inverter esta rota de empobrecimento que os governos do PS trazem sempre. Com o engenheiro Guterres, foi o pântano; com o engenheiro Sócrates foi a bancarrota; e com António Costa é a pobreza; isto não é o Portugal que nós queremos”, disse.

No jantar de encerramento da iniciativa “Sentir Portugal em Lisboa AM”, em Mafra, na sexta-feira, 21 de abril, o Presidente do PSD acusou o Primeiro-Ministro de ter desistido de governar Portugal, por causa do silêncio em torno dos factos apurados pela Comissão Parlamentar de inquérito à TAP.

Perante um “Governo que não tem futuro”, Luís Montenegro contrapõe: “Aqueles que, de alguma maneira, insinuam que nós não estamos preparados, eu quero dizer de uma forma muito direta: se é para ter ministros a falar o contrário uns dos outros, se é para ter um Governo a desrespeitar o Parlamento e se é para ter um Primeiro-Ministro ausente nos momentos de dificuldade, essa preparação nós não temos”.

Luís Montenegro salienta que o PSD tem demonstrado “uma preparação para antecipar problemas e soluções”, e desde há oito meses que tem dado “várias provas”, como a apresentação do Programa de Emergência Social, quando “o Governo estava adormecido a contemplar uma inflação galopante”, medidas credíveis para o Orçamento do Estado, uma proposta para que evitasse o corte “voluntário” do Governo de 1000 milhões de euros nos pensionistas e um conjunto de soluções para a habitação.





TAP: silêncio agrava falta de autoridade do Primeiro-Ministro

Luís Montenegro acusa o Primeiro-Ministro de “atitude ligeira, leviana, negligente e displicente” no exercício de funções, ao persistir no silêncio sobre a fundamentação jurídica dos despedimentos na TAP.

“Cada minuto de silêncio do Primeiro-Ministro significa perda de autoridade, perda de credibilidade e perda de liderança na chefia do Governo”, afirmou.

Em Sintra, na sexta-feira, no 5.º e último dia do “Sentir Portugal em Lisboa Área Metropolitana”, o Presidente do PSD lamentou que António Costa não tenha ainda esclarecido os portugueses sobre as contradições entre os vários ministros.

“Ou está envergonhado com o que se está a passar – e se é esse o caso é melhor assumir do que proterlar essa situação por muito mais

tempo – ou então está comprometido e tem de assumir as suas responsabilidades, não pode fazer de conta que não está a acontecer nada ao seu lado no seu Governo”, apontou.

O líder do PSD entende que o Primeiro-Ministro não se pode pronunciar apenas “no final dos trabalhos” da Comissão de Inquérito à gestão da TAP, “empresa que é pública por vontade do dr. António Costa, “onde se gastaram mais de 3.200 milhões de euros, onde se despediram pessoas, se cortaram salários”.

“Se o Primeiro-Ministro acha que ainda não há matéria para se pronunciar, isso só pode significar cobardia política, medo e falta de liderança, e isso é muito mau para ele, para o Governo e para o país”, considerou.

25 DE ABRIL

PSD NUNCA ALINHARÁ COM POLÍTICAS E POLÍTICOS RACISTAS E IMATUROS

Luís Montenegro reafirma os princípios e valores do PSD e garante que nunca “alinhará” com “políticas e políticos xenófobos, racistas, oportunistas, demagógicos, imaturos e irresponsáveis”.

Por outro lado, o líder do PSD defende que “não são os extremos que vão solucionar, com ambição, esperança e moderação, os principais problemas do país”, colocando a extrema-direita no mesmo patamar que o PCP e o BE e acusando o PS de ter estado de “braço dado com a extrema-esquerda”.

Numa declaração no Parlamento, na terça-feira, após assistir à celebração do 49.º aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974, o Presidente do PSD declarou que a intervenção do Presidente da República foi “importante para reforçar os valores do 25 de Abril”, como a “diversidade de opinião” e “o respeito e a tolerância uns pelos outros”.





Não são os extremos que vão solucionar os principais problemas do país

Luís Montenegro

Luís Montenegro concorda com Marcelo Rebelo de Sousa, sublinhando que “Portugal deve projetar-se nas próximas décadas”, em termos de “crescimento económico” e da “integração dos imigrantes”.

Uma hora antes da sessão do 25 de Abril, o líder do PSD esteve na cerimónia de boas-vidas ao Presidente da República Federativa do Brasil, Lula da Silva.

Joaquim Miranda Sarmento: “Os Portugueses têm de voltar a ter esperança no futuro”

O PSD saudou os 49 anos do 25 de Abril, mas alertou para o empobrecimento dos portugueses a que se junta uma “forte degradação da vida política e da qualidade das instituições”.

No discurso na sessão solene na Assembleia da República, pelo 49.º aniversário do 25 de Abril, o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmento, defendeu que os portugueses “têm de voltar a ter esperança no futuro”. E denunciou o descrédito das insti-

tuições, “com os casos graves que têm ocorrido, em particular nos últimos tempos com o tema da TAP”.

Para Joaquim Miranda Sarmento as “forças democráticas e moderadas, lideradas pelo PSD, têm uma missão fundamental, quando se aproximam os 50 anos do Regime Democrático: recuperar a confiança nas instituições, regenerando o sistema político”. Por isso, “os Portugueses precisam de Acreditar”, defendeu o líder parlamentar social-democrata.



RELATÓRIO DE INICIATIVA HAYER-FERNANDES

PARLAMENTO EUROPEU APROVA PROPOSTA DA COMISSÃO SOBRE OS RECURSOS PRÓPRIOS

O Parlamento Europeu aprovou, dia 20, a proposta da Comissão sobre os recursos próprios, na sequência de um relatório apresentado pelo eurodeputado português José Manuel Fernandes e pela eurodeputada francesa Valérie Hayer.

O relatório foi aprovado no plenário de Estrasburgo por larga maioria – 472 votos a favor, 122 contra e 41 abstenções, e é direcionado para os métodos e procedimentos de disponibilização dos recursos próprios. Recorde-se que esses recursos são baseados no Sistema de Comércio de Emissão (ETS), no Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM) e nos lucros reafetados e medidas para satisfazer as necessidades de tesouraria.

No atual modelo de financiamento do orçamento da UE, mais de 80% das receitas resultam de transferências nacionais (em função do rendimento nacional bruto e do IVA). Ora, para suportar as verbas dos Planos de Recuperação e Resiliência, há a necessidade de novas receitas para o orçamento da UE, de modo a não sobrecarregar os cidadãos europeus. Esses novos recursos deverão estar em linha com as políticas e os objetivos da UE: as alterações climáticas; a ajuda ao combate à pobreza, à fraude, evasão e elisão



fiscal; entre outros. Segundo José Manuel Fernandes, “pagamos um preço elevadíssimo pela ausência destes investimentos, em áreas tão estratégicas como a energia, o digital, semicondutores, conectividade à escala global, proteção civil, segurança e defesa”.

Além disso, caso não houver novos recursos, haverá a necessidade de cortar em mais de 15 mil milhões de euros por ano no orçamento da EU, já a partir de 2027. Segundo as contas de José Manuel Fernandes, “para pagar a dívida, o capital e os juros, até 2058, se não tivermos novos recursos próprios, teremos um corte orçamental anual superior a 10%”. Para o eurodeputado português co-relator do Parlamento Europeu sobre as receitas do orçamento, “a partir de 2027 e até 2058 o custo da dívida resultante do Fundo de Recuperação e Resiliência será superior a 15 mil milhões de euros anuais”, continuando: “Precisamos de verdadeiras receitas, de verdadeiros recursos próprios, pois não podemos cortar

no orçamento, não podemos sobrecarregar os cidadãos europeus, nem hipotecar as próximas gerações”.

O Conselho tem agora de decidir. José Manuel Fernandes afirma: “Está nas mãos do Conselho uma decisão que tem de ser aprovada por unanimidade e depois ratificada pelos parlamentos nacionais. O trabalho e as decisões do Parlamento foram tomadas agora é urgente que o Conselho decida”. Na proposta que o Conselho tem em cima da mesa, o orçamento da UE receberá 75% da taxa de fronteira de carbono, 25% da receita do mercado de carbono e uma parcela dos lucros vinculados à taxa mínima sobre as multinacionais que beneficiam do mercado interno.



COMISSÃO DA AGRICULTURA DO PE APROVA REFORMA DO SISTEMA DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

O papel das Indicações Geográficas no Desenvolvimento Rural é inegável



Foi aprovada, no dia 20 de abril, por unanimidade a posição da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, sobre a proposta de regulamento relativa às "Indicações geográficas da União Europeia para os vinhos, as bebidas espirituosas e os produtos agrícolas e regimes de qualidade dos produtos agrícolas", um setor que representa 15,5% das exportações agrícolas da União e que em 2017 valia 75 mil milhões de euros por ano, valor que tem aumentado.

Para Álvaro Amaro, responsável do Partido Popular Europeu (PPE) deste regulamento, "as Indicações Geográficas (IGs) representam uma das políticas públicas mais bem-sucedidas de sempre. São, sem dúvida, um caso de sucesso. São um símbolo da qualidade dos produtos agrícolas, dos bens alimentares e das bebidas da União Europeia, bem como da sustentabilidade de produção, não sendo por isso de estranhar, que tenhamos cerca de 3200 Indicações Geográficas na UE".

Álvaro Amaro acrescenta que "o reconhecimento das Indicações Geográficas se deve, nomeadamente, aos investimentos feitos pelos agricultores e pelos grupos de produtores".

"O papel das Indicações Geográficas no Desenvolvimento Rural é inegável", refere o deputado e acrescenta: "graças a este sistema, que protege, valoriza e promove os produtos endógenos, é possível manter e atrair população para as zonas rurais, através do elevado valor acrescentado destes produtos".

O eurodeputado do PSD destaca que "esta nova posição mantém a ambição da Comissão Europeia da incorporação de critérios de sustentabilidade numa base voluntária, retirando, por outro lado, a intenção da Comissão em delegar funções próprias no Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO), tais como a avaliação de novos registos, a análise de procedimentos de oposição e das alterações aos cadernos de especificações".

Para Álvaro Amaro, a posição sobre o vinho de qualidade, que corresponde a dois terços da produção de vinho na UE, consubstancia "uma grande vitória", atendendo a que "depois de várias reuniões, conseguimos alcançar um compromisso que mantém na OCM Vinho (PAC) os critérios de sustentabilidade para o vinho, os homónimos, a relação com marcas, a proteção e as abreviações".

Álvaro Amaro sublinha que "manter a proteção na OCM é crucial", uma vez que "a proteção está no centro da política vitivinícola europeia e a sua evolução deve-se às regulares reformas da Política Agrícola Comum (PAC)". Manter a proposta da Comissão significaria "separar o pilar mais importante da política do vinho de Indicação Geográfica de outros elementos-chave da PAC".

"Deste modo garantimos que o Vinho IG permanece vinculado ao Desenvolvimento Rural", conclui Álvaro Amaro.

PAGAMENTOS EM ATRASO ÀS EMPRESAS

O PSD pediu a audição do ministro da Economia e do Mar, António Costa Silva, no Parlamento, para esclarecer a ação instaurada pela Comissão Europeia a Portugal por atrasos nos pagamentos a empresas.

Num requerimento dirigido ao Presidente da comissão de Assuntos Europeus, os deputados sociais-democratas pedem que o ministro António Costa Silva seja ouvido em conjunto pelas comissões de Assuntos Europeus e de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação.

A iniciativa surge na sequência de uma ação instaurada, a 19 de abril, pela Comissão Europeia contra Portugal por incumprimento no pagamento atempado às empresas, sobretudo às Pequenas e Médias Empresas (PME), justifica o Grupo Parlamentar do PSD.

A ação foi instaurada no Tribunal de Justiça da União Europeia com o argumento de que Portugal não aplicou corretamente as regras de uma diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, adotadas em 2011, que estabelecem medidas contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais.

A diretiva visa combater os atrasos de pagamento nas transações co-

merciais como forma de assegurar o bom funcionamento do mercado interno e promover a competitividade sobretudo das PME.

“No atual contexto económico, as empresas e sobretudo as PME dependem ainda mais de pagamentos regulares para poderem operar e manter o emprego”, referem os deputados do PSD no requerimento hoje apresentado, lembrando que as autoridades públicas têm a obrigação de pagar as suas faturas no prazo de 30 dias (ou 60 dias no caso dos hospitais públicos).

Após “extensos procedimentos de controlo” realizados em 2022, a Comissão Europeia decidiu instaurar uma ação contra Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia, dado o incumprimento continuado, sublinha o partido, adiantando que o acompanhamento feito pela instituição europeia desde 2017 não mostrou melhorias “em especial nas duas regiões autónomas dos Açores e da Madeira”.



PSD QUESTIONA GOVERNO SOBRE **DECISÕES JUDICIAIS QUE AGUARDAM EXECUÇÃO DO FISCO**

O grupo parlamentar do PSD questionou, dia 19, o Governo sobre quantas decisões judiciais se encontram nos serviços da AT há mais de 60 dias a aguardar execução da sentença, na sequência de queixas de incumprimento nesta matéria.



Começando por lembrar que a Autoridade Tributária e Aduaneira está obrigada ao cumprimento das decisões dos tribunais, os deputados social-democratas referem que existem queixas “de que a AT, não obstante ser condenada em juízo, não procede tempestivamente ao cumprimento das sentenças, abstendo-se de repor a legalidade nos termos decididos pelos competentes órgãos judiciais”.

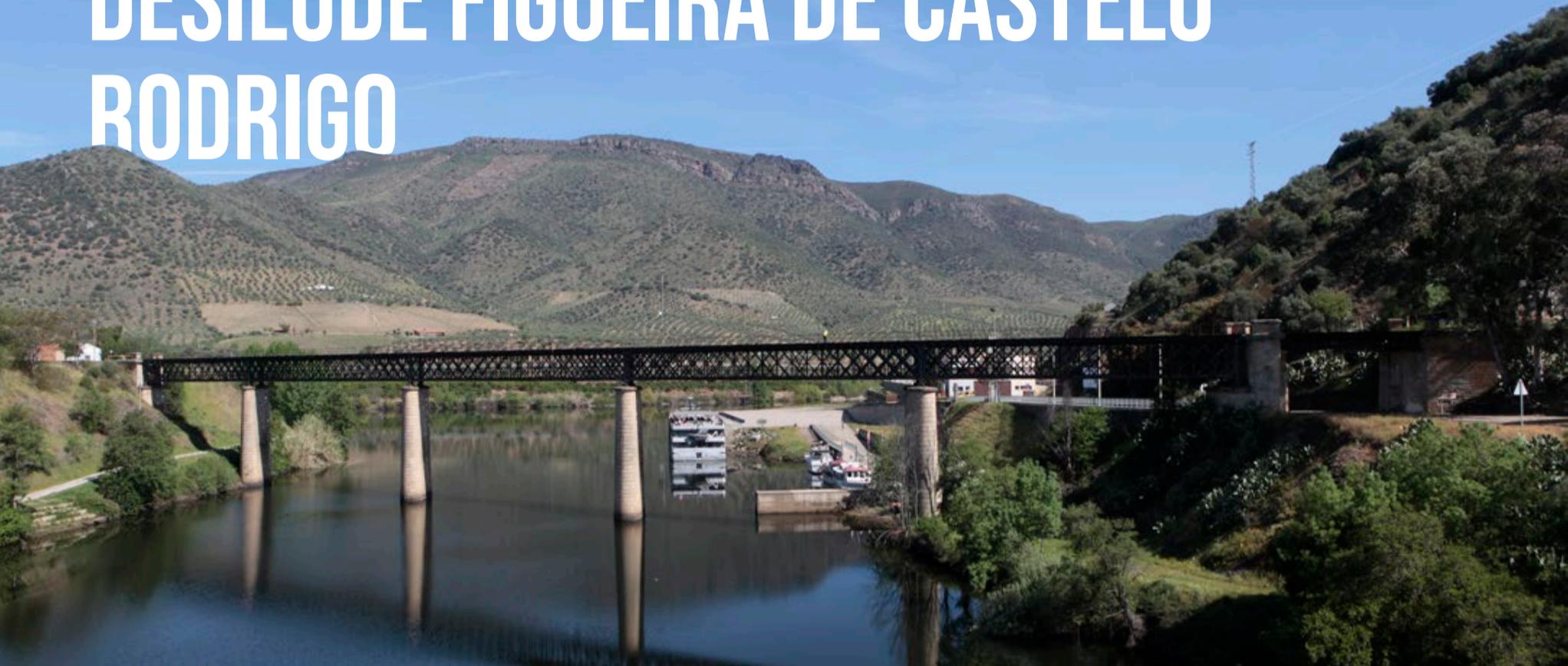
Esta situação, referem os deputados no texto da pergunta dirigida ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, faz com que os contribuintes se vejam “inclusive obrigados a intentar uma ação de execução de julgados para pagamento da quantia, de modo a executar a sentença e assim verem cumprida a decisão do tribunal”.

Lembrando que em caso “de procedência total ou parcial de reclamações ou recursos administrativos, ou de processo judicial a favor do sujeito passivo”, a AT está obrigada “à reconstituição da situação que existiria” se não tivesse sido cometida a ilegalidade, os deputados, lembram que o prazo para o fazer é de 60 dias.

Além do número de decisões judiciais que já ultrapassaram aquele prazo, o grupo parlamentar do PSD quer também saber quantas ações de execução de julgados foram intentadas contra a AT nos últimos cinco anos e quantas correm presentemente nos tribunais.

Na pergunta dirigida a Nuno Santos Félix, o PSD questiona ainda que instruções é que a tutela vai dar e que diligência foram tomadas ou vão ser tomadas pela AT “para obviar a situações de incumprimento ou execução extemporânea de decisões judiciais”.

PROJETO DA LINHA DO DOURO DESILUDE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO



O Presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo, na Guarda, mostrou-se descontente com a portaria do Governo sobre o estudo prévio e projeto de execução da reativação da Linha do Douro, entre Pocinho e Barca d'Alva.

Através de uma portaria publicada no dia 18, em "Diário da República", o Governo autorizou a Infraestruturas de Portugal (IP) a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato para a "Linha do Douro - Pocinho - Barca d'Alva - Estudo Prévio + Projeto de Execução" e especificou que o procedimento tem um preço base de 4,2 milhões de euros (mais IVA à taxa legal em vigor) e que a repartição da despesa será feita entre 2024 e 2029.

Após esta autorização por parte do Governo, a IP pode avançar com o concurso público com vista à elaboração do estudo prévio e projeto de execução do projeto de reativação de 28 quilómetros entre as estações do Pocinho e Barca d'Alva.

Carlos Condesso, Presidente da Câmara Municipal de Figueira de

Castelo Rodrigo, mostrou-se descontente com o teor da publicação e disse que o Governo está a atirar "areia para os olhos" de autarcas e habitantes.

"Esta portaria é uma desilusão para mim, enquanto autarca, para os autarcas da região e também para toda a população, porque esta portaria não é mais do que atirar com areia para os olhos dos cidadãos deste território e também dos autarcas que estiveram em Freixo de Espada à Cinta a ouvir o anúncio, por parte do ex-ministro das Infraestruturas, de que no primeiro trimestre de 2023 iria ser lançado o concurso para o projeto", afirmou.

O autarca referiu que a portaria "apenas faz a repartição dos encargos para um estudo prévio e mais o projeto de execução" e "não é para agora".

"Aquilo que está referido nesta portaria, que é uma autorização à IP para fazer esta repartição das verbas, é que só começa em 2024. E, depois, é até 2029 que este estudo prévio e este projeto de execução é concluído", disse.

Na opinião de Carlos Condesso, "isto é tempo de mais, isto é mesmo para quem não quer fazer a reabilitação da Linha entre o Pocinho e Barca d'Alva".

"Nós [autarcas] já estamos fartos de ser enganados. Esta portaria é mais uma das promessas falhadas deste Governo. Nós estamos muito, mas muito magoados e estamos, de certa forma, desiludidos, com esta medida", vincou.

O Presidente do município de Figueira de Castelo Rodrigo considera que o Governo mostra "que tem falta de coragem política" para investir na Linha do Douro - Pocinho - Barca d'Alva e nos "territórios da raia", pois os estudos demonstram que a obra é "estruturante" para a região.

O Governo está a "atirar para as calendas esta obra tão importante, para além de estar a atirar areia para os olhos dos autarcas e de toda a população que apenas quer

este investimento feito, porque é um investimento estruturante e importante para toda esta região e para a dinamização da economia local", admitiu.

O responsável disse, ainda, que o executivo liderado por António Costa "falhou redondamente" na promessa que foi feita no momento do anúncio da reativação daquele troço ferroviário.

Por isso, apela ao Governo que "repense e que pondere e que acelere o passo" no processo de realização da obra.

A Linha Ferroviária do Douro atualmente liga o Porto ao Pocinho (171,522 quilómetros) e há vários anos que é defendida a reabertura do troço entre o Pocinho (Vila Nova de Foz Côa) e Barca d'Alva (Figueira de Castelo Rodrigo), desativado em 1988. Em outubro, o então ex-ministro das Infraestruturas Pedro Nuno Santos anunciou, em Freixo de Espada à Cinta, distrito de Bragança, a reativação daquele troço, concretizando que, durante o primeiro trimestre de 2023, seria lançado o concurso público para a elaboração do estudo prévio e o projeto.

JORNADAS DE FORMAÇÃO AUTÁRQUICA: POLÍTICA PARA TODOS

A Comissão Política de Secção do PSD de Vila Real realizou, no dia 15 de abril, as primeiras Jornadas de Formação Autárquica com o título “Política para Todos”.

Francisco Sá Carneiro dizia: “O Poder local é a base de segurança de toda a verdadeira democracia”. E foi com este foco e esta determinação que o partido reuniu um painel de excelência para debater temas como as finanças locais, contratação pública e a descentralização de competências para as autarquias locais. O principal objetivo consistia em dotar os nossos agentes e autarcas locais de competências e conhecimentos que lhes permitam exercer o seu papel de forma informada e bem fundamentada

Estiveram presentes o advogado David Coelho, o secretário-Geral dos Autarcas Social Democratas (ASD), Pedro Pinto e o Presidente dos ASD Hélder Silva. Participaram nas jornadas militantes e simpatizantes pertencentes a diversos órgãos autárquicos: assembleias de freguesia,

assembleia municipal e câmara municipal.

Luís Tão, residente da comissão política de secção do PSD de Vila Real enalteceu a importância destes momentos formativos e salientou o papel determinante que as freguesias têm para a atual comissão política. Segundo Luís Tão o contributo dos autarcas social-democratas engrandeceu estas jornadas de trabalho contribuindo com a sua experiência política e profissional: “Foi um momento de partilha e crescimento onde podemos discutir propostas e casos práticos, esclarecendo questões legais e a sua aplicabilidade à dinâmica local. São temas que têm estado na ordem do dia e cujo esclarecimento nos permite otimizar a nossa intervenção sempre com foco na transparência e nas populações”.



VILA NOVA DE GAIA

MAIS ASSISTENCIALISMO, EM DETRIMENTO DE INVESTIMENTO DE VALOR ACRESCENTADO

O executivo de Eduardo Vítor Rodrigues continua focado numa visão assistencialista tanto das pessoas como das empresas, optando por multiplicar subsídios, participações financeiras e apoios sociais. Pelo contrário, não há qualquer preocupação em captar investimento privado e criar emprego sustentado, para, desta forma, melhorar a qualidade de vida dos gaienses. As despesas com pessoal, tal como as receitas em impostos, quase duplicaram em relação a 2013, passando de 33 para 60 milhões de euros. A Câmara de Gaia continua também a negligenciar os eixos viários fundamentais.



O grupo de vereadores do PSD na Câmara de Gaia contesta o suposto equilíbrio das contas públicas propagado pelo executivo socialista. Para os vereadores, o resultado líquido alcançado – cerca de dois milhões de euros e um saldo para a gerência seguinte de cerca de 30 milhões de euros – deve-se à custa ao sacrifício do investimento estrutural para o Concelho.

Os vereadores social-democratas consideram que a gestão municipal de 2022 se caracterizou por “uma opção mais assistencialista na resolução dos problemas e das necessidades das pessoas e das empresas, através de subsídios, comparticipações financeiras e de apoios sociais – que naturalmente também não podem ser descurados – em detrimento das despesas de capital, que promoveriam a criação de riqueza e de emprego, de valor acrescentado, e consequentemente a qualidade de vida dos gaienses, quando o serviço da dívida, no exercício em análise, registou um aumento de cerca de 3 milhões de euros.”

Em 2022, a Câmara Municipal quase duplicou a tributação de 2013 em impostos diretos, de 58,9 milhões de euros para os 100,5 milhões de euros, o que corresponde um aumento global da receita fiscal, em cerca de 4%, relativamente a 2021. “Só a receita de IMT correspondeu a 41,1 M€, ou seja, mais 400%, em comparação com 10,3 milhões de euros registados em 2013”, frisaram ainda os vereadores.

No capítulo das despesas correntes, os vereadores manifestaram preocupação com os encargos que irão onerar os futuros orçamentos municipais, designadamente o aumento crescente e continuado das despesas com pessoal.

Este facto “é confirmado pelo último Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, onde Vila Nova de Gaia aparece nos primeiros 10 municípios nacionais, com o maior volume de despesa com pessoal, registando em 2021 um encargo de 46,1 milhões de euros, isto é, mais 6,1% que os 43,5 milhões de euros do ano anterior”.

Na verdade, as despesas de pessoal, que em 2013 se quedavam pelos 33 milhões de euros, nove anos depois cresceram sempre sem parar e quase duplicaram, cifrando-se em 2022, praticamente em 60 milhões de euros.

A este propósito, os vereadores alertaram para o impacto do processo de descentralização nas contas municipais que, tal como diz o presidente da Câmara, “podia não ser preocupante, se existisse a devida compensação na receita”.

Os vereadores destacaram ainda que “as recentes alterações ao mapa de pessoal, para atender a necessidades decorrentes do processo de descentralização de competências na área da Educação, irão obrigar a um recrutamento de quase 500 novos trabalhadores e um encargo permanente para o Município na ordem dos 8,5 milhões de euros por ano, ao que acresce ainda a participação da Câmara Municipal nas despesas de funcionamento dos estabelecimentos escolares transferidos que, só em 2022, ascendeu a 2,3 milhões de euros.”

Por outro lado, as competências recentemente transferidas para o Município na área da Ação Social, corresponderão, como já foi reconhecido, a um défice anual no orçamento municipal de quase 2 milhões de euros.

O grupo de vereadores do PSD lembra que, “apesar do reforço do Fundo de Financiamento para a Descentralização em mais 4,4 milhões de euros, previsto para 2023, esta verba será manifestamente insuficiente para cobrir os encargos já assumidos. Neste quadro, será muito difícil reverter o agravamento da conta-corrente do Município com o Estado.”

Os vereadores referem também que, não obstante o aumento da receita em 2022 que corresponde a um aumento de 16,8% das receitas totais, a Câmara Municipal continua a gastar em despesas de funcionamento apresentando, em contrapartida, um défice na despesa de investimento, facto que é enfatizado no próprio Relatório.

Neste último capítulo, os Vereadores do PSD criticaram o que denominaram de “grandes anúncios, que não passaram disso mesmo”, sem expressão prática no bem-estar dos gaienses, de que são exemplos paradigmáticos o polo tecnológico da Madalena ou o Centro Cultural e de Congressos.

No primeiro caso, “por se tratar de um projeto de base tecnológica que o Município acolheu, entusiasmado, apresentou e promoveu em feiras internacionais e que correspondia a um investimento diferenciador de 700 M€ e à criação de 15.000 postos de trabalho qualificados, mas que afinal acabou antes de começar.” Perante este desfecho, os Vereadores “não podem deixar de lamentar as expectativas geradas em torno de um projeto que poderia ser um investimento estrutural e de importância estratégica para o Município”.

No caso do Centro Cultural e de Congressos, “por se tratar de uma obra de autor e uma bandeira do Executivo que permitiria ao Município ganhar um novo equipamento com um significativo valor económico e cultural e cujo início da empreitada obra foi anunciada no primeiro trimestre de 2021, mas, na verdade, embora figurasse das Grandes Opções do Plano para 2022, estranhamente deixou de constar do Relatório e Contas de 2022”.

Os Vereadores assinalaram ainda a falta de captação de investimento e a implementação de “uma verdadeira política de promoção e incentivo do investimento privado, principalmente ao nível empresarial, como motor fundamental do desenvolvimento e crescimento económico do Concelho e fator diferenciador e concorrencial de Vila Nova de Gaia, na Área Metropolitana do Porto”, defendendo como prioridade o desenvolvimento do Centro Empresarial de Sandim, incluindo um polo tecnológico, com ligação estreita ao ensino superior, que poderia constituir um projeto-âncora para o desenvolvimento do interior do Concelho e promover a atratividade para a instalação de novas empresas, de que o documento também faz uma única referência.

Paralelamente, os Vereadores do PSD declararam estar expectantes sobre os recentes anúncios da construção de um novo edifício no Centro Tecnológico de S. Félix da Marinha, da cedência da Casa dos Ferradores para a incubação de empresas de base tecnológica e da definição de um plano estratégico para a INOVAGAIA, para inverter a tendência e romper definitivamente com este paradigma de alheamento à captação de investimento empresarial.

No domínio das infraestruturas, os Vereadores apontam também “a falta de avanço e investimento nos eixos viários fundamentais, como as ligações entre a baía de Sampaio, em Canidelo e a rotunda das Devesas, em Santa Marinha (VL1), as ligações entre Canidelo e Madalena (VL1 e VL3), a própria Avenida da República até ao Mar (VL3), pese embora os progressos registados nos últimos dois anos, a ligação entre a EN 222 e a A29, em Arcozelo (VL5) e principalmente a VL6, para ligar a A29/IC1, em São Félix da Marinha à A41/IC24, em Grijó, a VL10, entre Oliveira do Douro e Vilar de Andorinho e a VL11, que irá promover uma ligação vocacionada para facilitar as atividades industriais e de armazenagem, na coroa central do concelho, nomeadamente Canelas, Perosinho, Brandariz, Serzedo e Grijó.”

Finalmente, sobre o PDM, os vereadores estranham “a falta de visibilidade sobre a conceptualização e estratégia da proposta revisão e que não haja merecido qualquer referência significativa no Relatório e Contas de 2022”, quando o termo do prazo para a sua conclusão ocorrerá no 1.º trimestre de 2024 e para a qual não existe também previsão de data para discussão pública, reclamando ainda que “as escolhas sobre a delimitação do perímetro urbano e do uso do solo, determinantes para o futuro modelo de desenvolvimento do Concelho, fossem tornadas públicas em tempo útil.”

Por todas estas razões, o grupo de vereadores do PSD na Câmara de Gaia votou contra o Relatório e Contas de 2022.

O Grupo Parlamentar do PSD, dirigentes e autarcas Gaia reuniram com o ACES GAIA

Os dirigentes e autarcas do PSD Gaia – Rui Rocha Pereira, presidente da Comissão Política, Rosário Ungaro, da mesma direção, Joaquim Ferreira da Silva, 1º eleito na Assembleia de Freguesia de Oliveira do Douro e Fábio Pinto, presidente do PSD do Núcleo de Oliveira do Douro, Cancela Moura, 1º Vereador eleito na Câmara Municipal e Fernando Almeida, 1º eleito do PSD na Assembleia Municipal – acompanhados do deputado Ricardo Baptista Leite, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e do deputado Pedro Melo Lopes, eleito pelo Círculo do Porto, reuniram esta segunda-feira, com o ACES Gaia, representada pela Dr.ª Cristina Silva, Diretora Executiva e pela Dr.ª Carla Mota, Presidente do Conselho Clínico e de Saúde – da ACES Gaia, para se inteirarem e discutirem, o atual modelo dos cuidados de saúde primários, o estado de funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, incluindo listas de espera para consulta, especialidades e cirurgia, a

atribuição dos médicos de família e a futura transferência de competências na área da Saúde.

As responsáveis do ACES Gaia suscitaram várias preocupações e necessidades, que são transversais a todas as Unidades de Saúde, nomeadamente o acréscimo de utentes, entre outras razões, com origem na imigração, a falta de médicos de família, as listas de espera em certas especialidade e agendamento de Juntas Médicas para a emissão de Atestados Multiusos, bem como as dificuldades de contratação para ausências temporárias.

Embora tenha salientado que não havia lista de espera em atendimento agudo e que o atendimento em call-back – retorno das chamadas telefónicas para marcação de consultas de forma automática – tinha uma taxa de sucesso de 97%, a dr.ª Cristina Silva reconheceu “a insuficiência da rede de saúde oral e a necessidade urgente, tendo em conta as taxas crescentes de obesidade

infantil e juvenil, da contratação de, pelo menos, mais 5 ou 6 nutricionistas, uma vez que temos apenas um para 163.000 utentes, bem como de mais 4 psicólogos, para duplicar os que existem, atendendo a que a área da saúde mental, desde a pandemia, tem tido uma procura acrescida e exige soluções imediatas”.

Na resposta às questões suscitadas pelos dirigentes e autarcas do PSD Gaia, colocadas é evidenciado o tempo de espera para consultas, cirurgias e a burocracia do funcionamento do SNS, que acaba por inviabilizar uma resposta mais rápida e eficiente.

Segundo as próprias responsáveis, “existem 3.500 utentes sem médico de família, o que face ao universo do ACES não tem uma expressão significativa e que será resolvida a curto prazo”, sendo um pouco mais delicada a situação com as Juntas Médicas para a obtenção de Atestado Multiusos, “que regista uma lista 1.200 utentes, mas que estamos

convencidas poder recuperar até setembro próximo”.

Mais preocupante, segundo a Presidente do Conselho Clínico são “os tempos de espera para as especialidades de ortopedia e oftalmologia, que correspondem a um período entre os 6 e os 9 meses, no pior cenário”.

Uma outra questão abordada foi o impacto da eliminação das taxas moderadoras que, segundo a Diretora Executiva “fizeram disparar a afluência e provocaram algum caos no funcionamento dos serviços”. Neste capítulo, os deputados do PSD corroboraram com o facto, uma vez que, “à parte da aparente mais-valia para os utentes, que deixaram de pagar, na verdade, perdeu-se a função regulatória que as taxas moderadoras encerravam em si mesmas, tanto mais que, do ponto de vista económico, não tinham grande expressão.”

A falta de recursos humanos, incluindo secretários clínicos, é outra das necessidades identificadas, que segundo aquelas responsáveis, “tentamos mitigar, em parte, com a contratação de profissionais aposentados a tempo parcial, 10 ou 12 horas”, tanto mais que se tem intensificado a saída de médicos do SNS que, por falta de incentivos, acabam por optar pelas instituições privadas.

O deputado Ricardo Batista Leite, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, responsável pela Comissão de Saúde, agradeceu os contributos das dirigentes do ACES Gaia e manifestou, desde logo, “a disponibilidade para, em face das preocupações suscitadas, nomeadamente ao nível do recrutamento e da contratação para ausências, trabalhar num projeto de resolução para, no âmbito da atividade parlamentar, propor soluções concretas para aqueles problemas”.

O ACES Gaia tem um universo de 163.000 utentes e inclui 12 Unidades de Saúde Familiar (USF), 7 Modelo B e 5 Modelo A, a Unidade de Cuidados de Saúde Primários de Oliveira do Douro e o Centro Médico de Canidelo.



AUTARCA DE PORTIMÃO É “CAIXA DE RESSONÂNCIA DO COMPADRIO SOCIALISTA”

A Comissão Política do PSD de Portimão lamenta que a autarca socialista defenda “o arrendamento coercivo em detrimento da liberdade que abril também consagra de o Estado não interferir na propriedade privada. Portugal é um país em que a liberdade funciona, ainda”.



“Isilda Gomes preferiu ser caixa de ressonância do compadrio socialista ao invés de defender os Portimenses que a elegeram”, afirmou, em comunicado, Carlos Gouveia Martins.

“Face ao tique ditatorial do discurso público que a Presidente de Câmara de Portimão apresentou à CNN, maltratando a propriedade privada de muitos portimenses, portugueses e até comunidade expatriada que escolheu o nosso concelho para viver, o PSD exige que a Presidente de Câmara atue enquanto defensora de Portimão e não defensora de propostas lunáticas do seu governo para agradar ao seu líder António Costa”, apelou.

Para a estrutura liderada por Carlos Gouveia Martins, “Portimão não é um palco de simpatia ao PS, é um concelho que permitiu sempre a liberdade individual, a capacidade de se adquirir propriedades e imóveis e, sobretudo, sempre deu liberdade a que os órgãos autárquicos locais aplicassem políticas públicas que resolvem os nossos problemas. Na habitação, sabemos todos, o PS nunca o conseguiu fazer”.

CÂMARA DO FUNCHAL INVESTE 120 MIL EUROS EM REQUALIFICAÇÃO DE BAIRRO SOCIAL

As obras de requalificação do complexo habitacional de Santo Amaro, nos arredores do Funchal, que representam um investimento da câmara municipal na ordem dos 120 mil euros, começaram na segunda-feira.

“É uma grande intervenção, que se irá refletir quer no interior das habitações como em todo o espaço exterior, garantindo a todos os moradores uma melhor qualidade de vida”, declarou o vereador com pelouro das Obras Públicas do município funchalense, Bruno Pereira, numa visita efetuada aquele bairro na freguesia de Santo António.

A intervenção tem como prazo de execução “até final de dezembro”, prevendo o projeto a recuperação total das fachadas daquele complexo habitacional, construído em 2002, sendo composto por 48 fogos de tipologia T3.

Segundo a autarquia, esta empreitada consiste em vários melhoramentos, incluindo revestimentos exteriores, tratamento técnico de betão e de todas as juntas de dilatação,

impermeabilização das caleiras da cobertura e colocação de novos tubos, pinturas gerais exteriores e interiores, além das escadarias, varandas e das portas de entrada dos blocos.

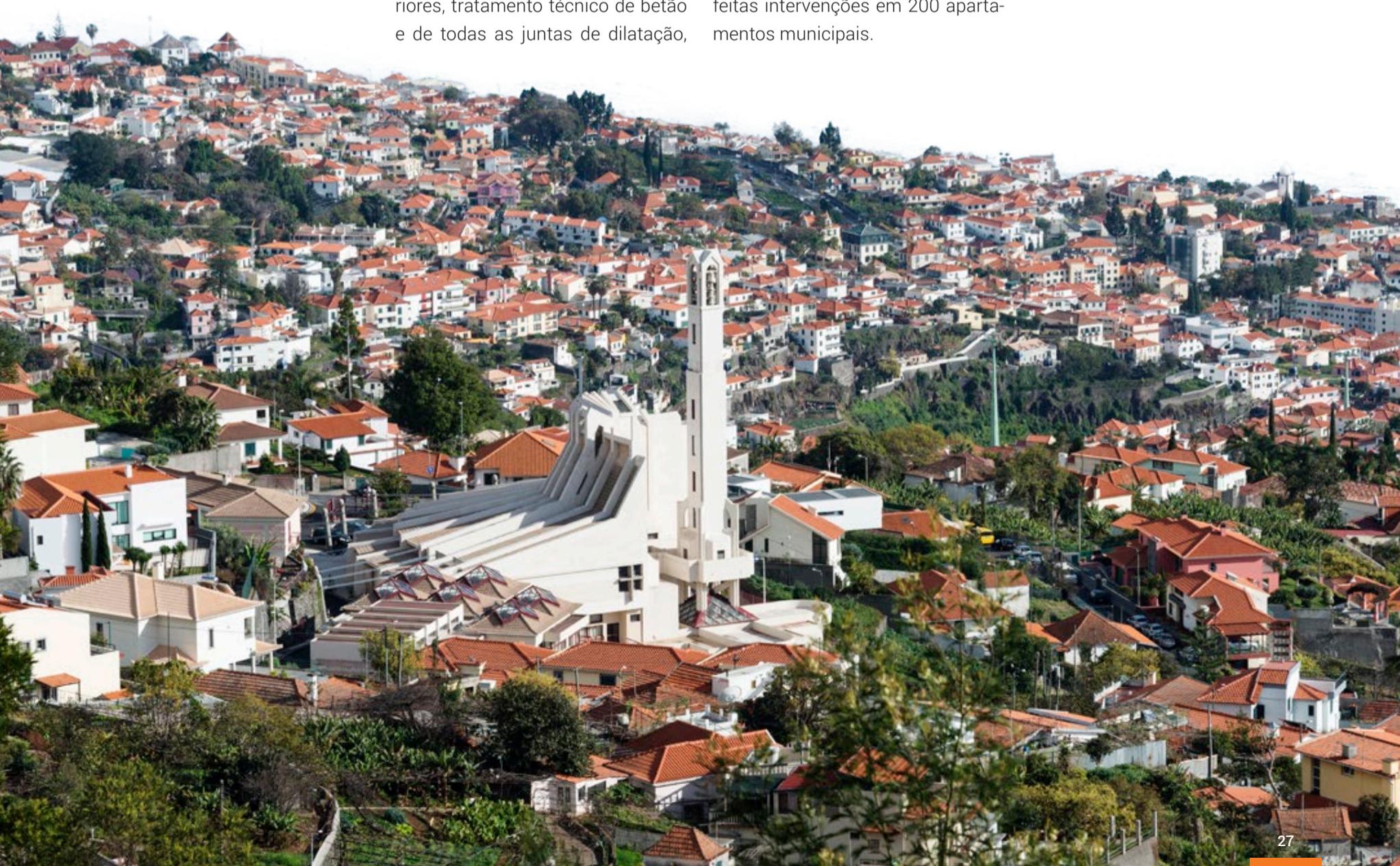
Bruno Pereira destacou que “a Câmara Municipal do Funchal duplicou este ano o investimento, face a 2002, para obras de conservação e manutenção só no interior das habitações sociais municipais a Este e a Oeste da cidade, de um total de 1.300 habitações sob gestão da Empresa Municipal Sociohabitafunchal”.

O autarca acrescentou que serão “cerca de 340 mil euros de investimento em 400 habitações”, mencionando que, no ano passado foram feitas intervenções em 200 apartamentos municipais.

“A habitação é para o atual executivo municipal uma prioridade”, declarou, considerando que este é um “setor esteve que esquecido nos últimos anos”.

O responsável referiu que desde que tomou posse, a atual vereação do Funchal investiu também 600 mil euros em obras de requalificação numa primeira fase no bairro da Ribeira Grande, efetuou melhoramentos nos conjuntos habitacionais dos Viveiros e Alegria.

Também está em curso a empreitada de promoção da eficiência energética nas habitações sociais do bairro do Palheiro Ferreiro, recordou.



PSD DE ESTRASBURGO CELEBROU O 25 DE ABRIL

Na passada segunda-feira, dia 17 de abril 2023, a Secção do PSD de Estrasburgo organizou um jantar comemorativo do 49.º aniversário do 25 Abril, num restaurante português da cidade de Estrasburgo, em França.



Neste jantar, estiveram presentes mais de duas dezenas de pessoas, militantes do PSD da Secção de Estrasburgo, vários simpatizantes e portugueses ligados à política local francesa, o Presidente da Secção, Rui Ribeiro Barata, e a vice-Presidente Isabel Cardoso, assim como a Presidente da mesa da Assembleia Maria Dolores Cardoso. Marcaram ainda presença os eurodeputados José Manuel Fernandes, Lídia Pereira, Álvaro Amaro e a Prof. Maria da Graça Carvalho e vários colaboradores parlamentares.

Este jantar teve como mote principal assinalar os 49 anos da Revolução dos Cravos. Foram evocadas, naturalmente, questões e problemáticas ligadas às comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e as

próximas eleições para o Parlamento Europeu que terão lugar em 2024. Temas tais como a defesa e promoção da participação cívica e política defendendo o reforço da legislação eleitoral, o apoio ao ensino de português no leste de França e a defesa e melhoria do funcionamento da rede consular, foram abordados.

Este jantar constitui uma das primeiras iniciativas públicas da nova direção da Secção do PSD de Estrasburgo, eleita no final de 2022. Esta secção que foi criada em 2001, esta convicta que ficaram aqui lançadas as premissas para manter encontros mais regulares e uma maior proximidade entre a Secção, os seus dirigentes, militantes e os eurodeputados portugueses eleitos pelo PSD.



PSD QUER CLARIFICAR APOSENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DOS MATADOUROS

Paulo Moniz, deputado à Assembleia da República, anunciou a apresentação de um projeto de lei do PSD que visa “clarificar o regime específico de acesso à reforma” dos trabalhadores dos Matadouros dos Açores, possibilitando a aposentação antecipada sem penalizações.

“O projeto de lei que o grupo parlamentar PSD apresenta pretende que todos os trabalhadores dos matadouros públicos dos Açores e da Madeira tenham acesso à reforma antecipada aos 55 anos, sem qualquer tipo de penalização, isto devido ao desgaste rápido e às especificidades em que desenvolvem a sua atividade profissional”, afirmou.

Paulo Moniz lembrou que, em Orçamentos do Estado de anos anteriores, foi consagrado o direito de os trabalhadores dos matadouros públicos das Regiões Autónomas requererem antecipadamente a aposentação, “mas sem nunca ter sido legislado que o podiam fazer sem sofrer cortes na sua pensão”.

“A iniciativa dos deputados do PSD da Madeira e dos Açores, garante assim, que não se aplicará o chamado fator de sustentabilidade no cálculo destas pensões, que era o que sucedia até agora por parte dos serviços da Caixa Geral de Aposentações e da Segurança Social sempre que estes eram questionados por trabalhadores dos matadouros

públicos dos dois arquipélagos”, explicou.

Segundo o deputado açoriano, a iniciativa do PSD permite “concretizar uma justa aspiração dos trabalhadores dos matadouros dos Açores, cuja solução foi prometida – e nunca cumprida – durante muitos anos pelos governos socialistas da República e da Região”.





APROFUNDAMENTO DA AUTONOMIA DOS AÇORES REFORÇA A DEMOCRACIA

O presidente do Governo dos Açores afirmou que o aprofundamento da autonomia das regiões autónomas é também um reforço da democracia portuguesa, defendendo a criação de círculos eleitorais nos arquipélagos para o Parlamento Europeu.

“Não tenhamos dúvidas. Isso é inquestionável. Qualquer aprofundamento da autonomia política é um aprofundamento da democracia”, declarou José Manuel Bolieiro.

O líder do executivo dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM) falava, no dia 20 de abril, durante a discussão de uma anteproposta de lei que pretende a criação de três círculos eleitorais para o Parlamento Europeu, com os Açores e a Madeira a elegerem dois deputados cada, durante o plenário da Assembleia Legislativa, na Horta.

“Somos o país e a região arquipelágica que dá maior dimensão atlântica à União Europeia. Porque é não podemos ter essa identidade de território e de povo representada no Parlamento Europeu?”, venceu.

O líder regional afirmou que a “autonomia política” não é uma “dádiva dos centralistas”, mas uma “conquista dos autonomistas”.

“A autonomia é um trabalho de conquista. É um trabalho de perenidade e não de desistência”, salientou.

A propósito das mudanças para a lei eleitoral do Parlamento Europeu, José Manuel Bolieiro avisou que não se pode “apostar exclusivamente na proporcionalidade demográfica” porque senão os Açores são “irrelevantes” devido à sua “dimensão”.

“Tenha o destino que tiver em termos de resultado final, nós marcamos posição no quadro nacional, quer europeu”, afirmou, a propósito da anteproposta em discussão.

A proposta é para a criação de “três círculos eleitorais, um com sede em Lisboa, outro na Região Autónoma dos Açores, com sede em Ponta Delgada, e outro na Região Autónoma da Madeira, com sede no Funchal”, produzindo efeitos “no primeiro ato eleitoral relativo à eleição de deputados ao Parlamento Europeu, subsequente à data da publicação do presente diploma”.

Por proposta daquela comissão, o parlamento dos Açores vai também analisar mais três antepropostas de lei que, se forem aprovadas pelo parlamento regional, seguem depois para a Assembleia da República.



PARLAMENTO AÇORIANO APROVA SISTEMA DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO “CONSTRUIR 2030”

O Parlamento aprovou o novo sistema de incentivos “Construir 2030 – Dinamização do Investimento Integrado e Sustentável”, “essencial no quadro de referência dos apoios financeiros às empresas”, no âmbito do acesso a fundos europeus.

António Vasco Viveiros, deputado do PSD dos Açores, destacou no debate, dia 19, na Assembleia Legislativa dos Açores, que a partir deste programa “será definida a regulamentação assente em quatro pilares: negócios estruturantes, base económica local, jovem investidor e pequenos negócios”.

O vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD dos Açores referiu que com o novo diploma serão estimulados “a competitividade e inovação das empresas, a criação de emprego, a geração de valor acrescentado e ganhos de produtividade”.

O programa permitirá ainda “a criação de mercados locais e a promoção de processos de internacionalização, assumindo-se como elementos críticos para o crescimento económico da Região Autónoma dos Açores”, adiantou o dirigente da bancada parlamentar.

De entre os objetivos gerais definidos, António Vasco Viveiros realça a “promoção do desenvolvimento sustentável da economia regional através da valorização dos recursos humanos, uma maior coesão económica na Região e a convergência com a União Europeia e com o país”.

O parlamentar social-democrata destacou que “pela primeira vez, a qualificação dos recursos humanos constitui um fator determinante na produtividade das empresas e, por conseguinte, no desenvolvimento económico sustentável a médio e longo prazo”.

Para o deputado, assiste-se a uma “mudança de paradigma transversal a todas as medidas de apoio do Construir 2030 que permite a ligação entre os apoios ao investimento em capital fixo e os apoios à formação profissional e valorização dos recursos humanos”.

António Vasco Viveiros saúda “a exigência de um determinado nível de autonomia financeira e de financiamento por capitais próprios para os investimentos candidatados ao Construir 2030, contrariamente ao que ocorreu no âmbito do Competir+, no qual não era exigido qualquer nível de capitais próprios para a apresentação de candidaturas”.

O deputado considera que “essa alteração permite fortalecer a estrutura financeira das empresas, criando assim, melhores condições para assegurar a concretização dos investimentos aprovados no novo sistema de incentivos”.

“Estamos perante uma iniciativa que constitui o maior instrumento de política económica para os Açores, que reflete a preocupação na correção das assimetrias económicas das diversas ilhas, na coesão económica e social, privilegiando a complementaridade das nossas ilhas”, finalizou.

PS REVELA “INCAPACIDADE INATA” DE APRESENTAR SOLUÇÕES PARA SANTA MARIA

A Comissão Política de Ilha de Santa Maria e a deputada do PSD/Açores, Elisa Sousa, apontam o PS pela “incapacidade inata” e “ausência de ideias” na apresentação de soluções para Santa Maria.

A estrutura partidária e a parlamentar social-democrata consideram que “as mais recentes jornadas parlamentares do PS a Santa Maria ajudaram a confirmar a ausência de ideias do maior partido da oposição, e a incapacidade de escapar à demagogia e à contradição”.

Apesar das visitas a diversas entidades, foi dado “especial relevo a apenas duas temáticas, concretamente o Spaceport e as acessibilidades, tentando tirar proveito político da agitação social que provocam”.

Mesmo assim, a abordagem socialista “demonstra uma incapacidade inata para serem coerentes, tanto no discurso, como na ação”, destacam em comunicado.

“Ao longo de vários anos, enquanto Vasco Cordeiro presidiu o Governo Regional, foi incapaz de dar respostas claras e concretas relativamente à matéria da exploração do sector aeroespacial. Na verdade, o PS continua a apostar na ideia redutora de colocar o foco apenas na construção de um Spaceport, chegando

mesmo a ridicularizar a aposta no Space Rider, como se não fosse preferível a potenciação das estruturas existentes, como a área envolvente do Aeroporto de Santa Maria”, prosseguem.

Os social-democratas da ilha consideram que “o Governo Regional presidido por José Manuel Bolieiro tem trabalhado para transformar a exploração aeroespacial num verdadeiro ecossistema, capaz de aumentar exponencialmente os benefícios da instalação em Santa Maria de várias valências, incluindo a possibilidade nunca descartada da instalação de um Porto Espacial”.

Adiantam também que “medidas como a apresentação da Estratégia dos Açores para o Espaço, a manutenção de sinergias com a ESA e PT Space, através do prolongamento do prazo de exploração do Teleporto de Santa Maria, a reabilitação da antiga casa do Diretor do Aeroporto para sede da Agência Espacial Portuguesa, ou a reabilitação do antigo kartódromo para instalação Centro Tecnológico Espacial, são os primei-



ros passos para a instalação de um ecossistema espacial em Santa Maria”.

A CPI de Santa Maria e a parlamentar social-democrata afirmam que, no que respeita às acessibilidades, “o PS continua a trabalhar o assunto sem apresentar alternativas coerentes, revelando a maior das contradições, acreditando que a política de descarbonização do Governo Regional deveria centrar-se numa reforma estrutural dos transportes terrestres e mobilidade elétrica, desvalorizando a aposta nas acessibilidades marítimas mais eficientes, como defendeu há poucas semanas o secretário regional Duarte Freitas”.

A estrutura partidária e Elisa Sousa salvaguardam ser “essencial criar mecanismos que melhorem as condições de importação e exportação de produtos”.

Estes depositam confiança no resultado do estudo para o transporte marítimo de mercadorias e passageiros, a um mês da sua apresentação, que “ditará o melhor modelo para Santa

Maria”, alertando para a importância de “continuar a melhorar as acessibilidades, por via marítima ou aérea, em termos de transporte de mercadorias e passageiros.”

Estes saúdam o Governo Regional pela “possibilidade da libertação de um navio da Atlânticoline operar a rota Ponta Delgada-Vila do Porto, sendo mais uma opção numa operação que o PS nunca quis estudar e na qual gastou milhões, que teriam dado para analisar a rota e o mercado e adotar o modelo que melhor servisse os marienses.”

O PSD de Santa Maria reconhece que “ainda há muito caminho a percorrer, contudo, há razões para acreditarmos que estamos no bom caminho e com o esforço de todos será possível corrigir o que precisa de correção e manter o que está bem”.

Por isso, “mais do que criticar com o objetivo de inflamar a luta partidária, importa demonstrar o caminho que se pretende seguir, com medidas concretas e objetivas”, finalizam.

PSD DOS AÇORES DESTACA LIDERANÇA DO GOVERNO NA DEFESA DOS OCEANOS

A deputada do PSD/Açores Salomé Matos destaca a liderança do Governo Regional na defesa dos oceanos e proteção dos ecossistemas marinhos na área marítima do arquipélago.

A parlamentar social-democrata falava durante o debate da iniciativa sobre a moratória à mineração dos fundos marinhos, aprovada na Assembleia Legislativa dos Açores, no terceiro dia do Plenário de abril, que decorreu na Horta, no dia 20 de abril de 2023.

Para Salomé Matos, trata-se de uma “matéria consensual”, após a realização de várias audições – no âmbito de duas iniciativas anteriores – “unânimes na relevância do tema, classificando os efeitos da mineração como catastróficos e irreversíveis para os ecossistemas marinhos”.

Durante o processo de análise, “todas as entidades aconselham um caminho que passe primeiro por aprofundar o conhecimento científico antes de avançar para a mineração”, salientou a deputada.

Salomé Matos destacou que o Governo Regional “tem uma posição muito definida quanto à proteção dos oceanos, consciente de que a

mineração em mar profundo é claramente uma ameaça, sendo fundamental proteger o mar sob pena de sermos responsáveis por danos gravíssimos para as gerações futuras”.

Uma posição contrastante da governação socialista, liderada na altura por Carlos César, que, “em 2012, defendia a exploração de recursos marinhos”, em “total desrespeito pela proteção” do Mar dos Açores, frisou a parlamentar do PSD/Açores.

“Felizmente percorremos um caminho ao distanciarmos desta posição que hoje nos embaraça”, afirmou.

No âmbito da valorização do Mar, “as áreas marinhas protegidas são fundamentais para salvaguardar a biodiversidade e a saúde dos ecossistemas marinhos, permitindo proteger e recuperar uma parte importante do património natural dos Açores, em busca de uma economia

azul mais virtuosa, garantindo um oceano saudável para todos os açorianos”, advogou.

De acordo com Salomé Matos, “esta iniciativa estabelece, mais do que apenas o estabelecimento de um horizonte temporal, sobre o qual sempre apresentamos a nossas reservas, fica assegurada que qualquer atividade de mineração não deverá ser autorizada até que um conjunto de condições estejam cumulativamente reunidas”.

“Os Açores são líderes pelo exemplo na preservação dos oceanos e vão continuar a sê-lo, não representasse o mar dos Açores mais de 50% do espaço marítimo português assumindo-se como uma das maiores zonas exclusivas da Europa”, concluiu.



CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para reunir no próximo **dia 5 de maio (Sexta Feira) de 2023, às 21H30**, na Sede do Partido Social Democrata, sita na Rua Joaquim Francisco de Oliveira, 9, Águeda, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Prestação de contas 2022;
3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos

Nota: Caso algum militante, ou grupo de militantes, pretenda apresentar alguma moção, a mesma poderá ser distribuída via e-mail e impressa para entrega no dia, desde que enviada para psd@psdagueda.com até às 16H00 do dia anterior à realização da Assembleia de Secção.

COINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Cinfães para reunir no próximo **dia 6 de maio (sábado) de 2023, pelas 17H00**, no Edifício da Junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política, local e nacional;
2. Outros assuntos de interesse para o partido.

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Espinho, para reunir no próximo **dia 19 de maio (sexta-feira) de 2023, pelas 21H30**, na Junta de Freguesia de Espinho, sita na Rua 23, nº 271 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política atual, local e nacional;
2. Outros assuntos de interesse para o partido.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Concelhia da JSD de Loures, a reunirem no dia 24 de Maio de 2023, quarta-feira, às 21:00h, na sede do PSD Loures que sita na R. Diogo Cão 7, 2660-443 Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros Assuntos.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Santarém, para reunir no próximo dia 6 de maio de 2023, pelas 10h, na Sede do PSD Distrital Santarém, Rua do Colégio Militar, no26 -1ºh com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação e discussão do Plano Anual de Atividades;
- 2 – Análise da situação política atual.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se, Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Viseu, para reunir no próximo dia 20 de maio de 2023 (sábado), pelas 16:00, na sede do PSD/JSD Viseu, sita na Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Loja n.º 9 – Edifício Vasco da Gama, 3510-084 Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política Atual;
- 3- Apresentação e Apreciação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2022;
- 4- Apresentação e Apreciação do Orçamento referente ao exercício de 2023;
- 5- Outros assuntos.

NESD UC - COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do NESD UC, para reunir no próximo dia 26 de maio de 2023, pelas 15 horas, na sede do PSD do PSD Distrital de Coimbra, sita na R. Lourenço de Almeida Azevedo 16, 3000-250 Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do NESD UC.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem a substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá na sede do PSD Distrital de Coimbra, sita na R. Lourenço de Almeida Azevedo 16, 3000-250 Coimbra.

As urnas estarão abertas das 15 às 17 horas.

CONVOCATÓRIAS TSD



VILA REAL

Nos termos do ponto 2 do art.º41º dos Estatutos dos TSD e do art.º3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD-Trabalhadores Social Democratas, convoca-se a Assembleia Distrital de Vila Real para eleger o respectivo Secretariado Distrital e Mesa da Assembleia Distrital.

A eleição terá lugar no dia 12 de Maio de 2023 (sexta-feira), entre as 17h30 e as 19h30, na Sede Distrital do PSD, sito na Av. da Europa Edf. Encosta do Rio, entrada 7-2º, em Vila Real, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Distritais

A(s) lista(s), completa(s), deve(m) ser entregue(s) até às 17h00 do 5º dia útil anterior ao acto eleitoral.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**